

CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS

DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 61

De acordo com o Código de Processo Civil, a gratuidade da justiça poderá ser concedida

- A somente em relação a algum dos atos processuais, o que implica isenção do beneficiário da gratuidade do pagamento, ao final, de multas processuais que lhe sejam impostas.
- B em relação a todos os atos processuais, mas isso não isenta o beneficiário da gratuidade do pagamento, ao final, das multas processuais que lhe sejam impostas.
- C somente em relação a algum dos atos processuais, mas isso não isenta o beneficiário da gratuidade do pagamento, ao final, das multas processuais que lhe sejam impostas.
- D em relação a todos os atos processuais, o que implica a isenção do beneficiário da gratuidade do pagamento, ao final, de multas processuais que lhe sejam impostas.
- E somente em relação a algum dos atos processuais, afastando-se a possibilidade de aplicação de multas processuais ao beneficiário da gratuidade.

QUESTÃO 62

Em razão de problemas técnicos no sistema informatizado, a contestação apresentada pelo réu no processo eletrônico não foi juntada aos autos e, posteriormente, foi registrado o andamento de decurso do prazo para esse ato processual de defesa.

Acerca das consequências decorrentes do referido problema técnico, é correto afirmar que, nessa situação hipotética,

- A extingue-se o direito de praticar o ato processual de defesa e produzem-se os efeitos da revelia.
- B não se extingue o direito de praticar o ato processual de defesa, mas se produzem os efeitos da revelia.
- C caracteriza-se hipótese de justa causa, cabendo ao juiz permitir ao réu a prática do ato no prazo que lhe estipular.
- D não está configurada hipótese de justa causa, mas não se converte o réu em revel.
- E não se verifica hipótese de justa causa, mas se produzem os efeitos da revelia.

QUESTÃO 63

No caso de decisão de mérito transitada em julgado que tenha sido proferida em decorrência de concussão do juiz, caberá

- A ação civil pública.
- B reclamação.
- C ação rescisória.
- D agravo de instrumento.
- E incidente de assunção de competência.

QUESTÃO 64

De acordo com o Código de Processo Civil, contra a decisão denegatória de mandado de segurança que tenha sido decidido em única instância por tribunal regional federal caberá

- A recurso especial.
- B apelação.
- C agravo de instrumento.
- D recurso extraordinário.
- E recurso ordinário.

QUESTÃO 65

Em se tratando de causa em que a fase instrutória seja dispensada, o pedido da parte que contrariar acórdão proferido pelo STJ em julgamento de recursos repetitivos será julgado

- A liminarmente improcedente, após a necessária citação do réu.
- B liminarmente procedente, independentemente de citação do réu.
- C liminarmente procedente, após a necessária citação do réu.
- D liminarmente improcedente, independentemente de citação do réu.
- E somente após o prosseguimento do processo com a citação do réu.

QUESTÃO 66

À luz dos direitos da personalidade, é correto afirmar que a disposição do próprio corpo é

- A permitida, sem exigência médica, mesmo que o ato implique redução permanente da integridade física.
- B vedada para depois da morte, mesmo que seja para fins científicos.
- C permitida com fins altruísticos, vedada a possibilidade de revogação do ato de disposição.
- D permitida para depois da morte, para fins científicos, vedada a possibilidade de revogação do ato de disposição.
- E vedada caso implique redução permanente da integridade física, salvo por exigência médica.

QUESTÃO 67

Uma pessoa inexperiente e premida por imediata necessidade assumiu obrigação explicitamente desproporcional ao valor da prestação oposta.

De acordo com o Código Civil, a situação apresentada configura hipótese de

- A fraude contra credores.
- B estado de perigo.
- C dolo.
- D lesão.
- E coação.

QUESTÃO 68

O ato de entrega de bem móvel de consignante para consignatário, ficando este autorizado a vendê-lo pelo preço acordado ou, se preferir, restituir o bem consignado, constitui hipótese de

- A retrovenda.
- B preempção.
- C venda a contento.
- D contrato estimatório.
- E doação.

QUESTÃO 69

Um produtor agrícola e uma companhia que produz derivados de sementes de soja pactuaram que a companhia compraria a próxima safra colhida pelo produtor, ficando o negócio jurídico condicionado à efetivação da colheita.

A cláusula em questão constitui

- A uma condição resolutiva.
- B um encargo.
- C uma condição suspensiva.
- D uma condição impossível.
- E um encargo ilícito.

QUESTÃO 70

Considere a hipótese de que o objeto de determinado contrato corresponda a coisas ou fatos futuros cujo risco de que não venham a existir seja assumido pelo contratante, o que acarreta o direito do contratado de receber integralmente o que lhe tiver sido prometido, desde que não aja com dolo ou culpa, ainda que nada do que tiver sido pactuado venha a existir. Essa hipótese descreve

- A promessa de fato de terceiro.
- B estipulação em favor de terceiro.
- C contrato com pessoa a declarar.
- D evicção.
- E contrato aleatório.

DIREITO EMPRESARIAL**QUESTÃO 71**

Em relação aos contratos mercantis, é correto afirmar que

- A o contrato de seguro caracteriza-se como um contrato de adesão, comutativo e consensual.
- B a constituição de vínculo contratual depende de ato solene.
- C o falido é impedido de fiscalizar contrato mercantil firmado pelo administrador judicial.
- D a relação contratual não se resolve pela confusão entre credor e devedor.
- E o contrato mercantil não pode ser considerado de natureza consumerista.

QUESTÃO 72

A respeito de contratos bancários, é correto afirmar que

- A um dos polos da relação contratual deve ser uma instituição bancária.
- B a alienação fiduciária em garantia pode ter por objeto bem imóvel que já integre o patrimônio do devedor.
- C o fornecedor do capital envolvido deve ser uma instituição bancária.
- D o mútuo bancário é uma espécie de contrato bancário de empréstimo de coisas fungíveis.
- E o arrendamento mercantil pressupõe o direito de compra, ao final do contrato, a critério da arrendadora.

QUESTÃO 73

A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial acarreta

- A a conexão das ações ao foro cível da ação principal.
- B a interrupção do curso da prescrição em relação ao devedor.
- C o prosseguimento de ações contra o devedor no juízo onde estiver se processando demanda por quantia ilíquida.
- D a suspensão das ações ajuizadas contra o devedor, por dois anos.
- E a prevenção da jurisdição criminal relativa ao mesmo devedor.

QUESTÃO 74

No âmbito da falência empresarial, é vedado ao administrador judicial, em relação ao falido ou à massa falida,

- A comunicar-se com o comitê de credores.
- B avaliar os bens arrecadados.
- C representar a massa falida em juízo.
- D abater dívidas não recebidas sem a aprovação do juízo.
- E disponibilizar documentos aos credores.

QUESTÃO 75

Em se tratando de empresa nacional, é competente para homologar plano de recuperação extrajudicial e deferir a recuperação judicial o juízo do(a)

- A residência dos sócios acionistas.
- B sede da empresa do credor principal.
- C domicílio do administrador judicial.
- D local da realização da assembleia geral de credores.
- E principal estabelecimento do devedor.

QUESTÃO 76

Em relação aos tipos societários empresariais, é correto afirmar que

- A somente pessoas naturais podem tomar parte na sociedade em nome coletivo.
- B a sociedade em conta de participação é constituída pelo registro de seu contrato social em cartório notarial.
- C a sociedade cooperativa não pode ser sociedade simples.
- D a sociedade limitada não poderá reduzir o capital social após este ser integralizado.
- E a falta de uma das categorias de sócios de sociedade em comandita simples implica a sua imediata dissolução.

QUESTÃO 77

De acordo com a Lei n.º 6.404/1976, a sociedade anônima poderá

- A participar de outras sociedades, desde que prevista tal hipótese em seu estatuto social.
- B emitir debêntures que confirmam aos seus titulares direito de crédito contra ela.
- C emitir, por intermédio de seu administrador, bônus de subscrição em valor excedente ao aumento de capital autorizado no seu estatuto social.
- D incorporar imóveis para a formação do seu capital social, desde que feita escritura pública com esse fim.
- E funcionar por até cento e oitenta dias sem que sejam arquivados e publicados os seus atos constitutivos.

QUESTÃO 78

De acordo com o Código Civil, em relação a transformação, incorporação, fusão ou cisão de sociedades, é correto afirmar que

- A a transformação societária prejudicará os direitos dos credores.
- B a falência da sociedade transformada não produz efeitos aos titulares de créditos anteriores à transformação.
- C a fusão extingue as sociedades que se unem para formar uma nova, que assumirá os direitos e as obrigações das anteriores.
- D o direito do credor prejudicado por operações societárias decai em dois anos, contados da publicação dos atos relativos à cisão.
- E a incorporação societária independe da preexistência da sociedade incorporadora.

QUESTÃO 79

A respeito de liquidação societária, é correto afirmar que

- A esse ato desconstitui a pessoa jurídica.
- B o liquidante é proibido de pagar dívidas vincendas.
- C esse ato obsta a possibilidade de efetuar a transformação.
- D esse ato não altera as obrigações fiscais e tributárias.
- E o liquidante poderá optar por usar ou não o termo “em liquidação” em atos e documentos da sociedade.

QUESTÃO 80

De acordo com o entendimento do STJ acerca de dissolução parcial ou total de sociedade anônima de capital fechado, assinale a opção correta.

- A Nas ações de dissolução parcial ou total, a companhia não tem legitimidade passiva para receber citação, sendo necessária a citação de todos os sócios.
- B É ilícita a dissolução parcial de companhia sob o fundamento de quebra da *affectio societatis*.
- C Nas ações de dissolução parcial desse tipo de sociedade, é exigida a formação de litisconsórcio necessário com todos os acionistas.
- D É vedada, no âmbito do processo de dissolução, a formação de novo quadro societário, ainda que o objetivo seja resguardar a continuidade da companhia.
- E Nas ações de dissolução total desse tipo de sociedade, é indispensável a formação de litisconsórcio passivo necessário.

DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO 81

O desvio punível não é o que, por características intrínsecas ou ontológicas, é reconhecido em cada ocasião como imoral, como naturalmente anormal, como socialmente lesivo ou coisa semelhante. É aquele formal e previamente indicado pela lei como pressuposto necessário para a aplicação de uma pena.

Luigi Ferrajoli. **Direito e razão:** teoria do garantismo penal. 3.ª ed. São Paulo: RT, 2002, p. 30 (com adaptações).

O texto precedente faz referência, principalmente, aos princípios penais da

- A legalidade e da anterioridade.
- B anterioridade e da individualização da pena.
- C culpabilidade e da extra-atividade da lei penal.
- D individualização da pena e da culpabilidade.
- E extra-atividade da lei penal e da legalidade.

QUESTÃO 82

A respeito da lei penal no tempo e no espaço, julgue os seguintes itens, tendo como referência o Código Penal e a jurisprudência dos tribunais superiores.

- I A lei penal mais benéfica retroagirá em benefício do réu, de acordo com o princípio da retroatividade benéfica penal.
- II Em relação ao tempo do crime, o direito penal brasileiro adota a teoria da atividade.
- III Em relação ao lugar do crime, o direito penal brasileiro adota a teoria do resultado.
- IV A lei penal mais benéfica aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, ainda que ocorra superveniência de lei penal mais gravosa ao longo da atividade delitiva.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e IV.
- C II e III.
- D I, III e IV.
- E II, III e IV.

QUESTÃO 83

Mário, servidor público, subtraiu da administração um bem que estava sob sua posse e passou a tratá-lo como sua propriedade por um mês em sua residência. Convencido por sua esposa, Mário restituiu o bem, intacto, à administração pública.

Considerando-se que, nessa situação hipotética, a conduta do servidor consista em peculato-apropriação e que, até a restituição da coisa subtraída, não tenha havido indiciamento nem denúncia, é correto afirmar que Mário

- A não deverá responder pelo crime, uma vez que ocorreu a desistência voluntária.
- B deverá responder pelo crime, pois a desistência não foi voluntária, mas determinada por terceiro.
- C não deverá responder pelo crime, visto que agiu com arrependimento eficaz.
- D deverá responder pelo crime, estando, porém, sujeito a redução de pena em razão do arrependimento posterior.
- E deverá responder pelo crime na modalidade tentada, uma vez que o crime não se consumou por circunstâncias alheias à sua vontade.

QUESTÃO 84

A Lei de Licitações e Contratos — Lei n.º 8.666/1993 — impõe pena de detenção de três anos a cinco anos e multa ao agente que dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei, ou deixar de observar as formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade. Em situação concreta, conforme a jurisprudência dos tribunais superiores, a dispensa indevida de licitação constitui

- A crime de mera conduta, que, portanto, não admite a modalidade tentada.
- B crime material cujo resultado é a própria celebração do contrato licitatório.
- C crime para cuja configuração é exigido o dolo específico de auferir vantagem indevida para si ou para outrem.
- D crime de concurso necessário entre servidor público e particular que celebre o contrato licitatório.
- E crime material para cuja configuração é exigida a demonstração do prejuízo à administração pública.

QUESTÃO 85

Milton, valendo-se de sua condição de servidor público e cedendo a pedido de amigo íntimo, deixou de cumprir seu dever funcional ao não ter promovido ação para apurar infração de determinada empresa vinculada à administração pública.

Nessa situação hipotética, apurada a conduta de Milton, ele deverá responder pelo crime de

- A** advocacia administrativa qualificada.
- B** corrupção passiva privilegiada.
- C** corrupção ativa.
- D** concussão.
- E** condescendência criminosa.

QUESTÃO 86

Hélio, servidor público, sem antecedentes criminais e com circunstâncias pessoais favoráveis, foi indiciado pelo crime de prevaricação, cuja pena máxima é de detenção de um ano.

Nessa situação hipotética, ao receber o inquérito policial que indicia Hélio, o Ministério Público poderá

- A** oferecer denúncia em razão do princípio da obrigatoriedade da ação penal.
- B** oferecer a suspensão condicional do processo, haja vista as condições pessoais favoráveis do agente.
- C** oferecer a transação penal, haja vista as condições pessoais do agente e o baixo potencial ofensivo do crime.
- D** requerer ao juízo a suspensão condicional da pena, haja vista as condições pessoais favoráveis do agente.
- E** proceder ao arquivamento de ofício do inquérito, haja vista as condições pessoais favoráveis do agente.

QUESTÃO 87

Com base no Código Penal e na jurisprudência dos tribunais superiores, julgue os itens seguintes, a respeito de crimes contra a fé pública, crimes contra a administração pública e dos efeitos da condenação.

- I Se o falso se exaurir no estelionato, sem outras potencialidades lesivas, será por este absorvido.
- II A falsificação de documento público, ainda que grosseira, pode ensejar a modalidade tentada no crime de falsificação de documento público.
- III Contador que fizer afirmação falsa em processo administrativo praticará crime de falso testemunho.
- IV A condenação superior a quatro anos de detenção por crime funcional tem como efeito automático a perda do cargo público.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** II e IV.
- D** I, III e IV.
- E** II, III e IV.

QUESTÃO 88

De acordo com a Lei n.º 9.296/1996, a interceptação de comunicações telefônicas

- A** poderá ser determinada de ofício por delegado.
- B** não será admitida se a prova puder ser obtida por outros meios disponíveis.
- C** será admitida somente nos casos de crimes em que a pena mínima for igual ou superior a dois anos de detenção.
- D** será conduzida por membro do Ministério Público, com vistas ao delegado, que poderá acompanhar os procedimentos.
- E** poderá ser prorrogada a cada trinta dias, desde que respeitado o prazo máximo legal de trezentos e sessenta dias.

QUESTÃO 89

Acerca do crime de organização criminosa, julgue os itens a seguir, tendo como referência a Lei n.º 12.850/2013.

- I Considera-se organização criminosa a associação composta por, pelo menos, três participantes que tenham por objetivo obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais.
- II Uma organização criminosa tem como característica elementar a estrutura ordenada e a divisão de tarefas.
- III A associação de pessoas com o fim de cometer infrações penais cujas penas cominadas forem inferiores a quatro anos será reconhecida como organização criminosa somente se pelo menos um de seus membros for servidor público.
- IV Para a consumação do crime de organização criminosa, é prescindível a prática de outros atos criminosos pela organização.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e IV estão certos.
- E** Apenas os itens III e IV estão certos.

QUESTÃO 90

Zilda, funcionária pública responsável por certame licitatório, admitiu à licitação empresa declarada inidônea, vindo a praticar conduta prevista como crime na Lei de Licitações e Contratos. Ao tempo do fato, Zilda não tinha conhecimento da declaração de inidoneidade da empresa por condições alheias à sua vontade.

Nessa situação hipotética, Zilda

- A** deverá responder na modalidade culposa por crime previsto na Lei de Licitações e Contratos, uma vez que agiu com negligência por não ter tomado conhecimento da declaração de inidoneidade.
- B** deverá responder na modalidade dolosa por crime previsto na Lei de Licitações e Contratos, uma vez que agiu assumindo o risco de incorrer no tipo penal.
- C** não deverá responder pelo crime, uma vez que agiu em erro de proibição, por desconhecimento da condição proibitiva.
- D** deverá responder por crime previsto na Lei de Licitações e Contratos, mas com isenção de pena, uma vez que agiu em discriminante putativa, supondo situação de fato que, se existisse, tornaria sua ação legítima.
- E** não deverá responder por crime previsto na Lei de Licitações e Contratos, uma vez que agiu em erro de tipo, por desconhecimento de elemento constitutivo do tipo penal.

RESPONSABILIZAÇÃO PELA PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS

QUESTÃO 91

Segundo a Constituição Federal de 1988, condutas e atividades lesivas ao meio ambiente sujeitam os infratores a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados. Acerca da responsabilidade dos infratores em situações de condutas ou atividades lesivas ao meio ambiente, assinale a opção correta.

- A** A responsabilidade das pessoas jurídicas é unicamente administrativa, uma vez que a esfera penal ocupa-se de ações estritamente humanas.
- B** A responsabilidade administrativa, por se consubstanciar também em uma sanção, afasta a responsabilidade penal da pessoa jurídica.
- C** A responsabilidade penal da pessoa jurídica exclui a das pessoas físicas, coautoras ou partícipes de um mesmo fato.
- D** A responsabilidade penal da pessoa jurídica está condicionada à persecução penal do administrador ou do representante legal quando agem em concurso de pessoas.
- E** A responsabilidade penal da pessoa jurídica possibilita a aplicação da pena restritiva de direitos cumulada com a pena de prestação de serviços à comunidade.

QUESTÃO 92

Com o objetivo de resguardar a probidade administrativa, os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da eficiência, além do normal funcionamento e do decoro da administração pública, o Código Penal tipifica condutas que, praticadas por servidor público, se consubstanciam em crimes contra a administração pública. A respeito desse assunto, assinale a opção correta.

- A** Para fins penais, o conceito de administração pública tem sentido restrito: não alcança os servidores contratados por empresas privadas prestadoras de serviço tipicamente público.
- B** Representante de conselho fiscal que se apropriar indevidamente de valores que estejam em sua posse em razão do cargo que exerce terá praticado o crime de peculato.
- C** O sujeito ativo do crime de prevaricação pode ser um particular, desde que aja em concurso com servidor público, mesmo que aquele desconheça a condição funcional do coautor.
- D** O ato de servidor público exigir para si vantagem indevida em razão de sua função pública configura o crime de corrupção passiva.
- E** A reparação do dano no caso de peculato culposo, mesmo que ocorra em momento posterior à prolação da sentença penal irreversível, extingue a punibilidade.

QUESTÃO 93

Acerca do crime de lavagem de dinheiro — previsto na Lei n.º 9.613/1998 —, assinale a opção correta, de acordo com a legislação de regência e o atual entendimento do STF.

- A** O conceito de infração penal anterior apresentado na Lei n.º 9.613/1998 é restrito: ele exclui os crimes de menor potencial ofensivo.
- B** Para a configuração do crime de lavagem de dinheiro, é indispensável que a organização criminosa tenha concorrido, de qualquer modo, para a prática da infração penal anterior.
- C** O crime de lavagem de dinheiro é crime material: a ocultação de valores provenientes de infração penal anterior só produz resultado depois de esses valores serem introduzidos no sistema financeiro pela organização criminosa.
- D** O crime de lavagem de dinheiro é crime plurissubjetivo: fica configurado quando a operação de ocultar bens ou valores provenientes de infração penal anterior for realizada especificamente por organização criminosa.
- E** O crime de lavagem de dinheiro será crime permanente se for praticado na modalidade de ocultar os valores provenientes de infração penal anterior, estendendo-se a sua execução até que os objetos materiais da lavagem se tornem conhecidos.

QUESTÃO 94

Apesar da independência entre as instâncias administrativa e penal, há situações em que a sentença penal absolutória decorrente de suposta falta cometida por servidor público afasta a sua responsabilidade administrativa-disciplinar. Caracteriza uma dessas situações

- A** o cometimento de falta que não constitua infração penal.
- B** o reconhecimento de excludente de ilicitude.
- C** a negativa de autoria do fato delituoso pelo réu.
- D** a conclusão, na seara penal, pela ocorrência de falta residual.
- E** a prova de que o réu concorreu para a infração penal.

QUESTÃO 95

Com observância do contraditório e da ampla defesa e com a autorização judicial competente, é possível que a prova seja emprestada do processo penal para o processo administrativo disciplinar. Nesse sentido, o empréstimo de provas

- A restringe-se a processos em que figurem partes idênticas.
- B exige o trânsito em julgado do processo penal.
- C é cabível quando envolver prova produzida de interceptação telefônica.
- D restringe-se às provas testemunhais.
- E é vedado quando envolver o empréstimo de prova produzida em inquérito policial.

QUESTÃO 96

A respeito do devido processo legal e de suas consequências, assinale a opção correta.

- A Os motivos fazem coisa julgada desde que sejam relevantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença.
- B A resolução de questão prejudicial decidida expressa e incidentalmente no processo terá força de lei se dela depender o mérito.
- C Independentemente da origem do processo, o duplo grau de jurisdição sempre é possível e garante a possibilidade de reexame integral de decisão terminativa antecedente.
- D De acordo com o entendimento do STF, admite-se a apreensão de mercadorias como meio coercitivo de pagamento de tributos, por ser uma prática que não viola o devido processo legal.
- E Viola o devido processo legal a conexão do processo do corréu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados.

QUESTÃO 97

Constitui característica ou atributo do direito da personalidade

- A o mínimo existencial.
- B a proporcionalidade.
- C a livre expressão.
- D a alteridade.
- E o caráter extrapatrimonial.

QUESTÃO 98

Considerando o FCPA (*Foreign Corrupt Practices Act*), dos Estados Unidos da América, e o UKBA (*United Kingdom Bribery Act*), do Reino Unido, assinale a opção correta.

- A Enquanto o FCPA prevê multa individual de até duzentos mil dólares por violação, as multas previstas no UKBA são ilimitadas.
- B Ambas as normas possuem dispositivos que expressamente proíbem a corrupção ativa e a passiva.
- C Ambos proíbem pessoas jurídicas infratoras de receber incentivos fiscais ou empréstimos de entidades públicas pelo período de um ano a cinco anos.
- D Ambas as normas possuem dispositivos que visam à proibição de corrupção de funcionários públicos nacionais.
- E O FCPA exige que seja provada a responsabilidade objetiva de terceiros; o UKBA exige simplesmente a prova da intenção de corromper.

QUESTÃO 99

As sociedades empresárias e as fundações brasileiras ou estrangeiras sediadas no território brasileiro serão responsabilizadas objetivamente pelos atos lesivos que praticarem, desde que

- A sejam direta e exclusivamente beneficiárias do ato.
- B os atos decorram de incorporação societária, sendo afastada a responsabilização no caso de fusão societária.
- C ocorra a responsabilização individual das pessoas físicas que compõem a pessoa jurídica.
- D a responsabilidade das consorciadas se limite à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.
- E a cisão societária preveja a responsabilidade da pessoa jurídica.

QUESTÃO 100

A respeito de acordos de leniência e de responsabilização nos crimes previstos na Lei n.º 12.846/2013 — que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira —, assinale a opção correta.

- A Celebrado o acordo de leniência, a pessoa jurídica fica automaticamente isenta do pagamento integral de eventuais multas.
- B O acordo de leniência exime a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado.
- C A competência para instauração e julgamento de processo administrativo de apuração de responsabilidade de pessoa jurídica poderá ser delegada.
- D A Advocacia-Geral da União tem competência para avocar processos instaurados com fundamento na referida lei.
- E As sanções aplicáveis incluem a suspensão das atividades da pessoa jurídica, mas não preveem a sua dissolução compulsória.